**A ZONA OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO COMO EIXO DE EXPANSÃO URBANA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: Considerações a partir do Programa Minha Casa Minha Vida em Senador Camará**

Patricia Nicola Menezes[[1]](#footnote-1)

**RESUMO**

O artigo tem como objetivo analisar a participação da política habitacional pública da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, na Zona Oeste, através do PMCMV em Senador Camará, para o incremento do padrão histórico de produção social do espaço urbano de forma periférica e rarefeita de urbanidade.

No final do século XIX a cidade do Rio de Janeiro cresceu a partir de diversos eixos de expansão com a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil, das bases militares, remoções de favelas. O PMCMV, torna-se um vetor recente importante de expansão da cidade para a região da zona oeste.

O PMCMV reitera uma série de características do processo de urbanização marcado historicamente pela segregação socioespacial, reforçando a lógica de que o lugar da população de baixa renda é nos lugares afastados, com um tecido urbano fragmentado, com carência de infraestrutura, de equipamentos, de serviços públicos e de empregos, potencializando problemas urbanos e reafirmando disparidades socioespaciais ao invés de ser um importante vetor de qualificação de áreas precárias e de promoção de um modelo mais igualitário de ocupação do território com um fácil acesso a todas as suas políticas públicas.

**Palavras-chaves**: Habitação de Interesse Social. PMCMV. Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Desenvolvimento urbano desigual.

**ABSTRACT**

The article aims to analyze the participation of the public housing policy of the city of Rio de Janeiro, in the West Zone, through the PMCMV in Senador Camará, to increase the historical pattern of social production of the urban space in a peripheral and rarefied way urbanity.

At the end of the 19th century, the city of Rio de Janeiro grew from several expansion axes with the construction of the Central Railway of Brazil, military bases, removals from slums. The PMCMV, has become an important recent vector of expansion of the city to the region of the west zone.

The PMCMV reiterates a series of characteristics of the urbanization process marked historically by socio-spatial segregation, reinforcing the logic that the place of the low-income population is in remote areas, with a fragmented urban fabric, with a lack of infrastructure, equipment, services public and jobs, potentiating urban problems and reaffirming socio-spatial disparities instead of being an important vector for qualifying precarious areas and promoting a more egalitarian model of land occupation with easy access to all its public policies.

**Keywords**: Social Interest Housing. PMCMV. West Zone of the City of Rio de Janeiro. Uneven urban development.

**Apresentação**

O presente trabalho abordou a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro como eixo de expansão urbana para habitação de interesse social a partir das considerações do Programa Minha Casa Minha Vida em Senador Camará. A relevância do tema surgiu a partir das inquietações do cotidiano de atuação profissional pela Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro como Assistente Social na etapa pós-ocupação( etapa essa em que os moradores já residem nas unidades habitacionais ) do Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV no bairro de Senador Camará, nos condomínios Destri e Speranza e posteriormente no bairro de Triagem no condomínio Bairro Carioca , tendo como recorte temporal o período de 2011 a 2013.Sendo assim, minha investigação e posterior análise foram mediadas pela minha experiência e convivência profissional, junto aos moradores.

**Zona Oeste e o Sertão Carioca**

A zona oeste, chamada então de “sertão carioca”[[2]](#footnote-2) pelo pesquisador e escritor Magalhães Corrêa, no livro de mesmo nome sobre Jacarepaguá, desde seu início foi uma terra de latifúndios, de senhores e senhoras de engenho e fazendas, cujos limites, muitas vezes imprecisos, davam origem a conflitos. Com o passar do tempo, essas grandes porções de terra foram sendo fragmentadas, principalmente devido ao declínio da produção dos engenhos e das lavouras, dando origem a fazendas e propriedades menores e, por conseguinte, a bairros e localidades que muitas vezes mantiveram os nomes dos engenhos e fazendas que lhes deram origem.

A história da zona oeste começa em 1567, dois anos após a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, quando o capitão-mor Cristóvão Monteiro recebia suas primeiras sesmarias (abrangia parte de Guaratiba e de Santa Cruz) devido aos serviços prestados na luta contra os índios tamoios e os franceses pela conquista da cidade.

No ano de 1673, é criada a Freguesia de Campo Grande, as quais localizavam-se para além dos campos do Irajá e eram dotadas de variados tipos de solo, o que favorecia a diversos usos e distintas lavouras. Atualmente compõem os bairros de Deodoro, Realengo, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Campo Grande, Santíssimo, Inhoaíba e Cosmos e estavam sob controle da Companhia de Jesus.

Os jesuítas compravam fazendas e arrendavam outras próximas sempre mantendo o controle total sobre a propriedade. Utilizavam em seus engenhos mão-de-obra indígena e escrava. Os escravos sob sua tutela possuíam moradia individual, suas próprias roças e seus filhos recebiam roupas, alimentação e educação.

Como a região era uma área basicamente rural, os aglomerados humanos formados durante quase três séculos ficaram restritos às proximidades das fazendas e engenhos e às pequenas vilas de pescadores, ao longo da costa (atualmente Município de Mangaratiba). Assim, a cultura canavieira contribuiu para um grande aumento populacional e a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande contou com um total de 14 engenhos de açúcar.

Por volta de 1970, a cidade do Rio de Janeiro sofreu um processo de urbanização intenso, sobretudo na zona oeste, a qual até então possuía características rurais. Diversos eixos de expansão influenciaram no crescimento dessa parte da cidade. Um significativo vetor de crescimento econômico e territorial sobre a expansão urbana da zona oeste da cidade, foi a malha ferroviária construída junto a estrada Real de Santa Cruz no século XIX para integrar a região ao restante da cidade, com o intuito de facilitar o transporte de mercadorias e também como forma de agilizar a locomoção entre os bairros dessa região.

Outro eixo importante de expansão foi a construção da Vila Militar (1904 – 1918) destinada a ser um bairro militar, com escolas, jardins, praças e toda infraestrutura para atender aos militares e suas famílias.

A região da zona oeste era uma importante produtora agrícola e exportadora de laranja do país. As terras dos laranjais, agora desvalorizadas e estigmatizadas pelo fracasso, foram postas à venda por preços irrisórios durante a década de 1950. Grandes extensões de terras antes destinadas a agricultura, agora são transformadas em loteamentos favorecendo a urbanização para fins habitacionais e também industriais. A partir da década de 60 com a remoção de diversas favelas na cidade, a Zona Oeste torna-se um importante vetor de expansão da cidade para assentamento da população de baixa renda.

Segundo a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, em seu documento Evolução da Ocupação e Uso do Solo Urbano 2009-2013 (2014,p. 27)[[3]](#footnote-3), a expansão da malha urbana se direciona ao oeste, em razão da aparente saturação das Áreas de Planejamento 1, 2 e 3, associada à ausência de áreas “vazias”, onde atualmente existe mais um movimento de transformação e renovação do uso urbano do que de formação de novas áreas urbanas.

Importante salientar que a área programática de número 4[[4]](#footnote-4), que também engloba a zona oeste da cidade, a ocupação do solo ocorre de forma diferenciada tanto pelo processo de produção dos imóveis, quanto das características da população que habita esses imóveis; pois os empreendimentos residenciais e os moradores que se vinculam a esses, possuem níveis de renda diferenciada se vinculado na condição de consumidores de espaços elitizados por meio de uma dimensão simbólica construída por estratégias de marketing, relacionada à qualidade de vida.

O processo de intensa ocupação dessa parte da cidade, foi acelerado a partir dos anos de 1970 com a existência de uma imensa área disponível e com uma intensa especulação imobiliária .Esse marco do planejamento público foi materializado pelo trabalho do arquiteto Lúcio Costa e sua proposta de Plano Piloto para o ordenamento territorial da região da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá que através do Decreto-Lei nº. 42, foi sancionado em 1969 pelo governador do então Estado da Guanabara, Francisco Negrão de Lima.

Esta parte da Zona Oeste: a Barra da Tijuca, é um dos locais mais valorizados da cidade. O espaço é concebido como mercadoria a ser consumida por aqueles que podem pagar por ela, um “sonho de consumo” valorizado pela mídia e pelo setor imobiliário. Em contrapartida, outro bairro também pertencente a zona oeste da cidade, não tão valorizado dessa forma é Senador Camará.

“Após a Proclamação da República no Brasil, o atual bairro de Senador Camará permaneceu o mesmo desde 1870 até 1920. De acordo com o censo demográfico de 1872, a população na região de influência da paróquia de Nossa Senhora de Campo Grande, que incluía Senador Camará, era de 9.686 almas. Desse total, 6.882 eram livres e 2.804 eram escravos. Homens eram 4.797 e mulheres 4.889. Na região, grande parte da economia ainda era voltada para o cultivo de café, laranja, mandioca, frutas diversas e outros cultiváveis, além da criação de animais”.[[5]](#footnote-5)

Senador Camará surge no final do século XIX , a partir da fragmentação de duas fazendas : a Fazenda dos Coqueiros e a Fazenda do Viegas .A Fazenda do Viegas, foi sede do antigo Engenho da Lapa, fundado pelo colonizador Manuel de Souza Viegas, o qual deu nome ao morro, ao caminho e a estrada no final do século XVII, sendo construída entre 1690 e 1710 .

A parte da frente da Fazenda do Viegas, fazia limites com a Fazenda dos Coqueiros e com a Fazenda do Retiro. Na parte de trás da fazenda, os limites eram com a Serra de Bangu, onde se localizavam outras propriedades da família Suzano.

Durante todo o século XVIII, a Fazenda do Viegas foi uma importante produtora de cana de açúcar e de aguardente, sendo considerada a segunda em importância na freguesia de Campo Grande; até que na virada para o século XIX começou a se destacar na produção de café. Suas lavouras se estendiam até o Lameirão (atual bairro do Santíssimo) e a Serra do Viegas, atingindo seu ápice no ano de 1800, sendo atravessada pela Estrada Real de Santa Cruz (atual Avenida de Santa Cruz).

No final do século XIX, o trem chegou na região por intermédio do ramal de Mangaratiba, sendo inaugurada a estação Senador Camará em 01 de junho de 1923, em homenagem a Otacílio de Carvalho Camará, gaúcho, eleito deputado Federal em 1915 e eleito senador pelo Distrito Federal (RJ) em 1919 falecendo um ano depois no carnaval de 1920. Não há um esclarecimento quanto a localidade ter sido “batizada” como Senador Camará, pois o referido político residia no bairro de Santa Cruz.

O último membro da família Viegas proprietário da fazenda foi Francisco Viegas de Azevedo Teles Barreto, sendo depois vendida para a família Antunes Suzano, tendo como proprietário o Barão de Campo Grande. A antiga Fazendo do Viegas já tendo como proprietários a família Paiva, foi vendida em parcelas, na década de 1930 à Construtora Imobiliária Bangu, a qual loteou e urbanizou terrenos para o lado de Senador Camará, ao longo da Avenida de Santa Cruz e Estrada do Viegas, com grande parte de suas terras sendo vendidas aos irmãos Jabour , donos da maior exportadora de café do Brasil .

No que tange a Fazenda dos Coqueiros, em 1720 o então capitão Manuel Antunes Suzano recebeu uma Sesmaria na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, fundando assim a então Fazenda dos Coqueiros e a do Lameirão. A família cresceu rapidamente e por meio de casamentos entre seus herdeiros e famílias de posses por toda a região e cidade, tornaram-se importantes possuidores de terras por via de heranças como a Fazenda Coqueiros (principal propriedade), Lameirão, Inhoaíba, Capoeiras, Mendanha, Gericinó e Sapopemba, tornando-se um dos homens mais ricos da região.

A fazenda dos Coqueiros, após a Abolição da Escravatura e com a Proclamação da República, foi desmembrada por meio de lotes entre os herdeiros de Manuel Antunes Suzano, seus escravos e moradores/posseiros que trabalhavam para a família. Após o período que vai de 1880 a 1890, as terras passaram para novos donos por meio de herança, compra e/ou doação, envolvendo diversas disputas, como a que envolveu a Companhia Rural e Urbana de Hermano Barcelos, o qual se dizia proprietário das terras da Fazenda dos Coqueiros. Em 1942 a União assumiu o controle da empresa e em 1945 Hermano Barcelos, devido aos aliados no Governo Federal, retoma a posse da Companhia e vende parte da mesma para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários ( I.A.P.I) , o qual passa a reivindicar a propriedade da Fazenda dos Coqueiros com o uso da força por meio de grileiros e da polícia.

Em meados de 1960, em um terreno de aproximadamente 200.000 m² que havia pertencido a Companhia Federal de Fundição , o então Abrahão Jabour “cria” um bairro que recebeu seu nome, bairro Jabour( sub bairro de Senador Camará), com características de classe média com áreas nobres com casas de 3 e 4 quartos e apartamentos de até 3 quartos, com áreas de lazer e garagem, atraindo dessa forma profissionais liberais, funcionários públicos e militares.

Depois de prontas as unidades foram vendidas em 136 prestações. O projeto original era de prolongar o bairro até a linha férrea e ali criar uma estação ferroviária do bairro Jabour. Porém a CEHAB- Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro construiu nessa localidade uma comunidade conhecida como Selva de Pedra.

 Em 1961, a empresa SITUBUS (uma fabricante de tubulações de concreto para esgotamento sanitário) é incorporada pela empresa BRASILIT que assume a propriedade da fábrica de Senador Camará e passa a produzir telhas de amianto. No antigo terreno da SITUBUS, já na década de 70 fora construído um conjunto habitacional chamado Senador Camará, hoje mais conhecido como “Sapo”, localizado na atual Avenida Santa Cruz no bairro de Senador Camará; e em 1972, é inaugurado também pela CEHAB o Conjunto Habitacional Miguel Gustavo, conhecido atualmente como Rebu, uma construção com mais de 2.460 casas germinadas.

Atualmente Senador Camará pertence a Região Administrativa XVII de Bangu, a qual é composta pelos seguintes bairros: Bangu, Gericinó, Padre Miguel, Senador Camará e Vila Kennedy. Seu território possui uma área de 1.723,59 hectares (2018), com um total de 34.994 domicílios (2010).

Com uma população de aproximadamente 2.614.728 de moradores, a zona oeste da cidade correspondente a 41% do total da população carioca, distribuída por aproximadamente 40 bairros, que representam 70% da área territorial do município.

Segundo dados do último Censo 2010 do IBGE, Senador Camará é composta de uma população de 105.515 mil pessoas, destas 55.093 mil mulheres e 50.422 mil homens; com uma variação de crescimento de média anual de 0,5 %. Ainda em relação a essa população e segundo o Diagnóstico Territorial da Coordenadoria de Assistência Social e Direitos Humanos[[6]](#footnote-6) , temos os seguintes dados em relação a cor ou raça: parda (50.930), branca (39.612), preta (14.070), amarela (859), indígena (44) e cor não declarada (0).

**A (re)produção desigual do espaço urbano: uma análise a partir do PMCMV no bairro de Senador Camará**

“O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades socias tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença\ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se iguais”. (KOGA, 2011, p.33)

 No conceito tradicional da geografia, território significa uma porção concreta do espaço geográfico, onde se revelam as diferenças de condições ambientais e de vida da população.

Segundo KOGA (2011), a noção de território ultrapassa o campo da geografia, sendo também utilizada pelas ciências sociais, políticas e econômicas. Assim, a noção de território se constrói a partir da relação entre o território e as pessoas que dele se utilizam, pela mediação da vida cotidiana que articula diferentes escalas da ação social e do espaço, no lugar. Sendo assim, o território só se concretiza a partir da relação e interação social entre os sujeitos no processo de sociabilidade, através das práticas sociais no espaço tendo como mediações os aspectos políticos, econômicos e culturais da vida social; como produto da produção e da reprodução da relação entre homem, natureza, sociedade, espaço e tempo.

O conceito de território, para Milton Santos, não é organizado somente pelo Estado, como também não está restrito às dimensões normativas e legais que delimitam fronteiras físicas, relações de poder e hierarquia entre porções do território, governos e mecanismos de gestão e planejamento do Estado. Há também o uso e apropriação do território por outros agentes, englobando relações sociais, econômicas e simbólicas, além das tensões e contradições dessas relações.

Somente desta forma o território pode ser utilizado como análise social. Essa máxima aparece em sua obra por meio do conceito de território usado, pois o território em si não é um conceito, mas sim o seu uso.

A perspectiva de território usado se coloca como uma busca por compreender a articulação entre território e vida cotidiana, pois remete aos aspectos relacionais e dinâmicos que perpassam a constituição do território, incluindo aqui as relações de poder, onde este pode estar ausente ou não. É nesse campo que se constituí historicamente os territórios, com suas desigualdades produzidas e reproduzidas de forma cotidiana em que os desafios se colocam durante todo o processo histórico de produção do espaço territorial.

“Pensar o território sob a perspectiva de seu uso, propõe-se levar em conta as heranças, as indissociabilidades entre o tempo e espaço no processo de formação territorial; os conteúdos de vida e vivência; as marcas do processo histórico-econômico; os acontecimentos situados no chão da vida e das relações. Expõe a necessidade de apreensão do cotidiano, das particularidades, dos movimentos da realidade, do lugar onde a vida acontece”. (DINIZ; KOGA, 2018, p. 89)

A discussão do conceito de território usado em Milton Santos terá como ponto de partida a realidade vivida por mim enquanto uma agente do Estado experenciando a Política de Habitação por meio do PMCMV inserida no território de Senador Camará por meio da relação e da participação na vida cotidiana dos moradores; cotidiano este que para Lefebvre é o lugar onde as relações sociais acontecem em seus mais variados aspectos e sentidos.

 O conceito de território não será restrito a partir do Estado como agente transformador do território, mas também a partir da apropriação contraditória e desigual pelos moradores dos empreendimentos Destri e Speranza, do PMCMV, em um território já contraditório e desigual.

Para Milton Santos, o território assim como o lugar é simultaneamente uma materialidade e uma imaterialidade; é vivido e percebido; é a dimensão espacial do cotidiano. O lugar, portanto, é a escala da totalidade do cotidiano. O lugar-mundo deve ser entendido a partir da relação entre o espaço geográfico, o território usado e o lugar.

 No lugar ocorre a dialética entre as verticalidades - relações verticais de hierarquia, externas ao lugar, geralmente novas ao lugar, e geralmente demandadas pelo mercado ou pelo Estado - e as horizontalidades - relações horizontais, de vizinhança e proximidade, internas ao lugar, geralmente velhas e demandadas pelo Estado e pelas pessoas que vivem no lugar.

O território usado é constituído da relação entre formas e conteúdos e só pode ser compreendido sob o princípio dialético da totalidade dessas relações e não apenas a partir de uma delas. Do ponto de vista das formas o território é composto pelas paisagens que carregam temporalidades diferentes que deixam suas marcas através de formas edificadas/construídas pela sociedade ou formas naturais, herdadas da natureza e/ou transformadas socialmente.

Quanto aos conteúdos que animam essas formas estes não são auto evidentes, pois tratam das relações sociais concretas que explicam tanto as formas espaciais quanto os tempos subjacentes acumuladas, produzidas e reproduzidas nessas formas espaciais, em sociedade. Portanto, os conteúdos das práticas espaciais remetem aos conceitos de usos, apropriação, produção, ordenamento e organização pelos diversos agentes que o compõem: as firmas (empresas privadas), as instituições ( órgãos estatais que produzem ordem, norma e informação), o próprio Estado e as pessoas ( classes sociais, a população de forma geral ou parte dela que compõem as firmas e as instituições).

O Estado produz o espaço intervindo sobre as relações sociais e de poder criando novas contradições e reproduzindo antigas relações a partir da sua intervenção nas diferentes escalas da realidade social e do espaço, embaralhando as suas fronteiras e as tornando porosas e simultâneas: o lugar da vida cotidiana, a cidade, a região, a nação, o global. Assim, por exemplo, a ação do Estado de regulação do acesso à terra, também devem ser analisadas a partir do movimento das contradições das relações sociais capitalistas e de seus sujeitos individuais e coletivos, que atuam nas diferentes escalas do território e materializam os conflitos decorrentes dessas contradições. O território usado expressa esse movimento dialético de contradições e conflitos, a partir das ações do Estado e das classes sociais, que se materializa em diferentes e desiguais sentidos de uso e ocupação do espaço.

 **Condomínios Destri e Speranza**

De acordo com a Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 (Governo FHC) conhecida como Estatuto da Cidade são adotados alguns instrumentos como a criação da Zona Especial de Interesse Social - ZEIS de vazios urbanos definido pelo Plano Diretor como estratégia de redução do preço do terreno e de viabilização da produção de HIS. Por meio das ZEIS os municípios passam a reservar e a doar terrenos para as construções destinadas a população mais pobre.

 Por meio de Emenda Aditiva nº 199 de 2007[[7]](#footnote-7) do vereador Jorge Felippe ( filiado ao Partido Político DEM , está no sétimo mandato como vereador; é o atual presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro pela sexta vez consecutiva, além de ser nascido e criado em Bangu e formado em Direito ), foi incluso no Artigo no Título V no Capítulo II das Disposições Transitórias, a seguinte redação:

“Art. – O Poder Executivo desapropriará o terreno abandonado pela Fábrica de Telhas Brasilit e dará uma finalidade social àquele vazio urbano, localizado em Senador Camará, com a implantação de um complexo social, cultural, esportivo e de lazer.”[[8]](#footnote-8)

Em 18/12\2011 sob a gestão do Secretário Municipal de Habitação Jorge Bittar ( filiado ao PT), o município do Rio de Janeiro sob o comando do então Prefeito Eduardo Paes ( filiado ao na época PMDB, atual MDB) inaugura em Senador Camará um complexo do Programa Minha Casa Minha Vida, apelidado ironicamente de “Perereca” pelos moradores residentes no “Sapo”, conjunto habitacional também localizado na Avenida Santa Cruz de frente para o complexo do MCMV.

O complexo é formado por seis empreendimentos edificados em um terreno da antiga fábrica de telhas Brasilit, do Grupo Saint Goban, que produzia ali derivados da indústria cimentícia como telhas e caixas d’água de fibrocimento, que, após decretar falência, foi desativada.

O complexo formado pelos seis empreendimentos possui uma área de 100 mil m² e é composto pelos condomínios: Vidal com 308 UH, Taroni com 243 UH, Destri com 421 UH (ambos seleção por meio de sorteio); Speranza com 388 UH, Vaccari com 388 UH e Ayres com 453 UH (ambos seleção por meio de reassentamento) e todos contratados na primeira fase do programa com obra orçada em R$ 112.245.136,00 reais.

O MCMV fora construído para uma vida normatizada e controlada, com os moradores inseridos em espaços abstratos, homogêneos e dominados como forma de redução da diferença existente. A partir do momento em que diversas famílias oriundas de diversos territórios de todo o município ocupam com seus corpos, suas identidades, histórias e culturas esses espaços, eles assumem suas contradições e são transformados por meio das relações sociais, produzindo assim, segundo Lefebvre, um novo espaço: o habitar.

 **Pátio Condomínio Destri**



 Fonte: O autor, 2011.

Segundo KOGA (2011), o território traz uma carga presente marcada pela história de uma sociedade em que valores culturais, institucionais se configuram como elementos significantes na vida das pessoas. É no território que os sonhos e as ideias se concretizam. Foi no território de Senador Camará que os sonhos de muitos dos moradores oriundos de diversos bairros se tornou realidade.

Os moradores das UH do Destri, são provenientes por meio de sorteio e pagam mensalmente o valor máximo de R$ 50,00 mensais pelo imóvel. Segundo a construtora Emccamp Residencial /SA (construtora responsável pela construção do empreendimento), o condomínio foi construído e projetado de acordo com as normas técnicas e pelas concessionárias de serviços públicos, aprovadas por meio de licitação via Caixa Econômica Federal.

 **Condomínio Speranza**



Fonte: O autor, 2013.

O condomínio Speranza foi concebido para acolher famílias cujo local de moradia estava situado em áreas de risco em diversas regiões da cidade e/ou para obras de infraestrutura de algumas comunidades da cidade.

 **Disponibilidade de Serviços e Equipamentos**

 “A gente não quer só comida a gente quer comida diversão e arte. A gente não quer só comida, a gente quer saída, para qualquer parte”. (Titãs, 1987)

A desigualdade sócio espacial na cidade capitalista se apresenta de diversas formas, pois ela está para além da questão do desenvolvimento econômico. De acordo com a Cúpula Mundial de 92 sobre o Meio Ambiente e a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II de 1996) as condições de vida não podem ser analisadas apartadas das condições do meio onde se vive.

No cenário urbano territorial, existe uma tensão cada vez mais evidente entre a dinâmica da metrópole e as respostas das políticas públicas; onde nessa tensão, não há um diálogo com a dimensão cotidiana do lugar e dos lugares como uma tentativa de melhor compreender como se dá a relação entre os territórios de vivência (KOGA) e a operacionalidade das políticas sociais.

Habitação é moradia, mas também é o seu entorno. A disponibilidade de serviços públicos e infraestrutura estão inseridas dentro dos preceitos do direito à cidade e do direito à moradia. A casa ou o apartamento, devem estar ligados à rede de água, saneamento básico e de eletricidade; além dos serviços de saúde, educação, esporte, lazer, coleta de lixo, devem todos estar disponíveis no bairro onde as unidades habitacionais estão localizadas.

O programa MCMV define que a infraestrutura é uma condição para se conseguir um contrato com a CEF (UN-HABITAT, 2013). O projeto é priorizado se houver existência prévia de infraestrutura na região ou se houver oferta pelos governos locais de provisão de infraestrutura para o empreendimento. A lei nº 12.424/2011, acrescentou ao art. 5º-A da lei nº 11.977/2009, os seguintes tópicos:

 Art. 5º-A. Para a implantação de empreendimentos no âmbito do PNHU, deverão ser observados: [...] III - infraestrutura básica que inclua vias de acesso, iluminação pública e solução de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais e permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica; e IV - a existência ou compromisso do poder público local de instalação ou de ampliação dos equipamentos e serviços relacionados a educação, saúde, lazer e transporte público.

A Zona Oeste (AP 5) é tratada e percebida como um imenso campo a ser loteado e receber camadas da população de outras partes da cidade oriundas dos diversos processos de remoção de favelas. Em meio a esse processo de urbanização, que revela uma política de adequação da Zona Oeste as necessidades de outras regiões, o Estado se apresenta como um potente agente na produção do espaço urbano e de sua infraestrutura no que tange os serviços oferecidos ou não oferecidos a essa população.

Um dos conceitos de segregação já discutido pela literatura nos anos de 1970, diz respeito a desigualdade de acesso, onde uma corrente da literatura enfoca as desigualdades de acesso vinculada a políticas públicas ou de condição de vida ; ou em uma visão mais completa e extrema do conceito de segregação implica a total apartação e isolamento, onde por segregação “*se nomeavam os heterogêneos processos que produziam separação e concentração de grupos sociais, assim como produziam e reproduziam desigualdades sociais no espaço”.* (MARQUES, 2005, p. 310).

Segundo cartilha “ Como Produzir Moradia Bem Localizada com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida”, de Rolnik (2010)[[9]](#footnote-9) , a lei que criou o PMCMV, prioriza a distribuição dos recursos federais para os municípios que implementarem os instrumentos do Estatuto das Cidades voltados ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade e disponibilizarem terrenos localizados em área urbana consolidada para a implantação de empreendimentos , estes vinculados ao programa.

Segundo a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, em seu documento Evolução da Ocupação e Uso do Solo Urbano 2009-2913[[10]](#footnote-10) (2014, p. 202), na AP 5 encontram-se diversos vazios urbanos e por ser uma região carente de infraestrutura o Plano Diretor a caracterizou com Macrozona Assistida por necessitar de investimentos públicos, em especial de infraestrutura.

A Política de Habitação não deve ser olhada de forma isolada das demais políticas e muito menos apartada da população usuária marcada por significativas desigualdades sociais e realidades contrastantes.

Segundo documento institucional da Secretaria Municipal de Habitação do município do Rio de Janeiro , “Projeto de Trabalho Técnico Social” (p.2), entre os principais problemas da AP-5 apontados pelos estudiosos, encontra-se a precariedade do sistema de transporte, a carência de espaços verdes e arborização pública, a deficiência no saneamento básico e do abastecimento de água em várias regiões, a insuficiência de equipamentos públicos de saúde, educação, cultura e lazer.

Em meio a isso, Koga ( 2013, p.124) verbaliza que há um descompasso[[11]](#footnote-11) entre atores sociais e também entre as políticas sociais: “ *a primeira evidência desse descompasso está no* *modo tradicional de planejamento e gestão, já naturalizado em nossa sociedade , que é o das respostas ex post : primeiro se ocupa o lugar para que depois o lugar se torne habitável; primeiro se constitui em morador para depois se tornar cidadão. Esse processo ex post exige uma mobilização popular constante para que o direito de morar e acessar aos serviços sociais se torne uma realidade*”.

A partir da convivência com os moradores que vieram de diversos bairros pobres, localizados e/ ou próximos a favelas, pude observar que muitos destes já residiam em bairros com uma total ausência de infraestrutura e de serviços básicos por parte do Estado e que agora residiam em um novo bairro, mas também com precariedades de infraestrutura e serviços.

Minha análise da categoria pobreza se dá pela mediação teórica a partir dos relatos dos moradores, além da minha observação durante o trabalho social, visitas domiciliares realizadas e rede de serviços. Assim, não reduzimos a pobreza a um conjunto de indicadores ou marcadores estatísticos limitados ao âmbito da renda e da cesta básica como referência de cálculo quanto o acesso ao consumo. Esta é uma das formas mais fortes de sua manifestação fenomênica, mas não esclarece as razões de sua existência, ainda que evidencie maiores ou menores condições de exposição a situações de vulnerabilidade de famílias e pessoas e seus efeitos cumulativos que agravam, ainda mais as condições de pobreza.

 A pobreza metropolitana é um fenômeno crescente na América Latina. Além disso, deve-se destacar que a pobreza urbana possui características específicas, uma vez que a população nesses locais tem menor acesso a renda para o autoconsumo, além do custo de vida metropolitano ser mais elevado. Para isso, as políticas públicas, como as políticas sociais e urbanas, que acontecem no território têm um caráter primordial a desempenhar em termos de proteção social à vida, notadamente dos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora que misturam as fronteiras entre superpopulação relativa e pauperismo crescente.

O que se quer destacar é que o processo de reprodução ampliada do capital, estudado e conceituado por Marx, e que é responsável também por reproduzir de forma ampliada a força de trabalho, o faz a partir do aprofundamento exponencial da precarização, da insegurança e do empobrecimento das condições de vida da classe trabalhadora. Ou seja, é no marco explicativo e histórico da produção social da riqueza e de sua apropriação privada e transformada cada vez mais em finança, que se deve compreender os conteúdos das formas fenomênicas da pobreza.

 Da mesma forma, tal processo só existe a partir da sua manifestação espacial (território) e temporal (história). Por isso, a dimensão histórico-territorial da desigualdade social é de extrema importância para a análise das políticas sociais e habitacionais, como também para a análise das expressões urbanas da questão social.

A política habitacional desempenhou historicamente um papel central na consolidação do modelo urbano dessas regiões metropolitanas, assim como na reprodução de seu padrão de segregação socioespacial. A construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas onde a terra é mais barata, contribuiu substancialmente para impulsionar o estabelecimento de uma divisão territorial entre ricos e pobres conforme evidencia-se os dados do IDH dos bairros da Barra da Tijuca e Senador Camará que compõem bairros da zona oeste da cidade, mas apresentam posições bem diferenciadas no ranking aparecendo na 8ª posição e na 105ª posição respectivamente consolidando dessa forma uma segregação socioespacial .

Cada vez mais se vislumbra a importância do território para compreender a dinâmica social das cidades brasileiras, tendo em vista os diferentes indicadores socioeconômicos presentes no cotidiano de vida das populações da cidade. A partir de tal argumento, segue a disponibilidade de serviços e equipamentos no território de Senador Camará.

A partir do momento em que as famílias começaram a residir nos condomínios (um total de 2.204 UH) e a levantar diversas demandas acerca das políticas públicas fragmentadas, sem intersetorialidade, sem corpo técnico suficiente, mas ali já existentes, flagram os limites da própria fragmentação da vida social subjacente às ações do Estado através do PMVMV. Nesse contexto, os usos do território de Senador Camará pelos moradores dos conjuntos habitacionais analisados, a partir de suas necessidades, concepções de mundo, desejos e desigualdades profundas manifestadas no corpo e na subjetividade, observando os termos de KOGA (2011), devem passar a ser compreendidos pelas políticas públicas como elementos centrais que definem o próprio sentido vivo do território.

Nesse sentido, famílias ou indivíduos da população agora residente nessa localidade, através das cotidianas ações e insatisfações manifestadas a partir do seu lugar da moradia, expõe a importância de não serem reduzidas apenas às “necessidades básicas” saciadas ou reprimidas. Sua fala e sua ação evidenciam a importância de pensa-las como formas concretas e cotidianas do território usado a partir das suas contradições, conflitos e horizontes possíveis de justiça.

Evidencia-se que o PMCMV se afastou de diretrizes urbanísticas constantes na política habitacional instituído pela Lei 11.124/2005 - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e pelo Plano Nacional de Habitação (PlanHab), lançado em 2009 (Bonduki, 2009). As normas que orientam sua implementação não foram pautadas pelas estratégias de enfrentamento do déficit habitacional contidas na política de habitação, mas sim por uma lógica atrelada por meio de relações de mercado entendida como uma oportunidade de negócio para empresas privadas.

Se faz importante salientar que o Município do Rio de Janeiro foi o que mais recebeu UH em todo o Estado. Segundo dados da Assessoria de Comunicação do Ministério do Desenvolvimento Regional, no período de 2009 a 2019, foram contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro um total de 286.890 UH (57%). Desse total, 109.100 UH (22%) foram contratadas para o município do RJ e apenas 71. 100 UH (14%) foram entregues. Dessas 32.729 UH (7%) foram entregues para faixa I.

A disponibilidade de terrenos nesta área, vetor de expansão para setores populares, e a precariedade de serviços, com impacto no preço da terra, justificam o grande número de unidades construídas nesta parte da cidade pelo PMCMV, além dos benefícios concedidos pelo poder público municipal incentivarem a produção de HIS neste local da cidade.

Dessa forma, o PMCMV reitera uma série de características do processo de urbanização marcado historicamente pela segregação socioespacial, reforçando a lógica de que o lugar dos pobres e da população de baixa renda é nos lugares afastados, com um tecido urbano fragmentado, com carência de infraestrutura, de equipamentos, de serviços públicos e de empregos.

Contudo, um programa habitacional dessa dimensão poderia ser um importante vetor de qualificação de áreas precárias e de promoção de um modelo mais igualitário de ocupação do território, mas ao contrário, ele potencializa problemas urbanos e reafirma disparidades socioespaciais.

 Apesar dos muitos bilhões de reais em subsídios públicos, o PMCMV não interrompeu o ciclo desigual das práticas espaciais da cidade, que se materializam nessa porção do seu território, mas apenas a reforça, aumentando a densidade populacional dessas regiões já existentes, além de ter na segregação a principal expressão da desigualdade.

Importante destacar que esse crescimento da cidade para a região da zona oeste, segue acompanhada da ausência de infraestrutura adequada e equipamentos públicos de Interesse Social e de investimentos por parte do Estado em serviços e infraestrutura, resultando na desigualdade do acesso à direitos básicos de serviços públicos, no acesso à cidade, na forma como dela se apropria e dela participa.

Segundo Koga ( 2013), no território existe cada vez mais uma tensão clara e evidente entre a dinâmica da metrópole e as respostas das políticas públicas, associadas aos diferentes agenciamentos presentes nesses territórios e ainda, com um não diálogo com a dimensão cotidiana com a população residente naquele lugar, pois a vida cotidiana possui um ritmo e a vida institucional possui outro ritmo.

Koga (2013), nos ressalta a importância da (re) construção de uma topografia social dos territórios de vida capaz de evidenciar distâncias, desconexões, fragilidades, diferenças, desigualdades físicas e sociais. A topografia física (descrição minuciosa de um local) se faz importante, mas ela não corresponde a grandiosidade de uma topografia social de um território.

A topografia social vai muito além de sua superfície a qual se apresenta como um território de vida onde este se expressa na vida cotidiana das pessoas: possuem corpos racializados, generificados e vinculados às experiências do empobrecimento e da precarização da classe trabalhadora em suas trajetórias biográficas, em suas contradições e em suas práticas de criação.

Por meio da topografia social, conseguimos vislumbrar a segregação das UH do PMMV dos empreendimentos Destri e Speranza, voltados para a faixa I em Senador Camará, a qual “toma fôlego” como principal expressão dessa desigualdade, no plano dos territórios vividos / usados, onde ganha importância as práticas e demandas da vida cotidiana. Senador Camará é um bairro já segregado urbanisticamente, socialmente, economicamente e com vulnerabilidades antigas como violência e pobreza; com isso se faz importante pensar que a cidade precisa ser cidade em todos os seus territórios com o fácil acesso a todas as suas políticas públicas.

Com isto, a velocidade do incremento de habitações em áreas com pouca infraestrutura urbana, associada a escassa disponibilidade de equipamentos comunitários, compromete os níveis de habitabilidade destas moradias visto que estes serviços públicos, já insuficientes para atender à população local, não suporta o acréscimo de demanda. Dessa forma, não se trata apenas de condições de vida precárias e empobrecidas, mas de práticas socioespaciais desiguais que produzem territórios de vida precários com uma expansão urbana excludente e de risco; mas que são heterogêneos em suas dinâmicas e que não se reduzem a precariedade, ou a ausência e/ou vulnerabilidade , mas são territórios de vida que anseiam melhores e mais justas condições de vida.

**Considerações Finais**

A habitação constitui uma das necessidades humanas básicas, reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal do Brasil. Ela é um bem com valor de uso para dar abrigo, fixação e atender a necessidade de subsistência. Apesar de ser um bem indispensável para a reprodução da vida, a habitação, no modo de produção capitalista, como qualquer outro bem, se converte em mercadoria que precisa ser realizada no mercado, isto é, passa a ter um valor de troca.

Porém, ela não é uma mercadoria como outra qualquer, ela é um bem caro e sua comercialização depende, muitas vezes, de financiamentos a longos prazos. Morar em algum lugar é uma necessidade básica das pessoas e ainda, esse bem representa parcela significativa do setor de construção civil. Além disso, a produção da “mercadoria” moradia implica o acesso à terra, também mediado pela transformação da terra em mercadoria vendida, comprada e/ou alugada através do mercado fundiário. Porém essa é uma mercadoria finita e cada vez mais rara. Da mesma forma, essa mercadoria particular tem ainda a especificidade de uma vez consumida, possuir um longo tempo de existência e duração, logo de baixa rotatividade em temos de “obsolescência programada”. Portanto, transformar moradia em mercadoria pressupõe o enfrentamento dessas três qualidades: ser cara, rara e de baixa rotação no tempo global da produção e realização do valor mercadoria.

As políticas habitacionais podem interferir de forma significativa no que tange contribuir para o acesso dos cidadãos à uma moradia digna e de qualidade, além do acesso à cidade. Isso acontece quando o Estado produz habitação de interesse social de qualidade e em grande escala contribuindo para redução da desigualdade do acesso a serviços.

A produção de HIS pelo poder público influi de forma positiva quando a construção reduz a desigualdade na viabilização de habitações em locais em que é baixa a presença de grupos sociais de baixa renda; ou negativa quando a construção reforça a desigualdade ao construir empreendimentos para grupos sociais de baixa renda em locais já desiguais espacial e socialmente ou ainda quando há a remoção desses grupos de áreas de risco.

Desde a metade do século XX, as políticas habitacionais tiveram como modelo a construção de novas unidades habitacionais em conjuntos verticais ou horizontais erguidos por grandes construtoras, localizadas nas periferias e orientadas para a venda financiada aos beneficiários[[12]](#footnote-12). As áreas de favelas e os cortiços foram tradicionalmente objeto de estratégias de remoção, ou mais raramente de políticas assistenciais marcadas por um caráter pontual e pouco integrador em termos urbanos.

A produção pública de moradia foi massificada por meio do BNH e do Sistema Financeiro da Habitação a partir de 1964. As políticas desenvolvidas nesse período se concentraram na produção de unidades novas para a venda financiada sem subsídios por meio de um sistema financeiro que previa a recuperação dos investimentos, excluindo dessa forma a população com piores condições econômicas e não reduzindo dessa forma a desigualdade socioespacial.

Nas cidades e de forma especial na cidade do Rio de Janeiro, além dos diversos grupos sociais se localizarem separados entre si em espaços homogêneos e distantes uns dos outros, há também uma forma diferenciada de acesso a bens , oportunidades, equipamentos e serviços vigentes na cidade ; logo não é apenas a separação territorial que especifica o acesso desigual, mas também e ao mesmo tempo a desigualdade de acesso especifica e reproduz a separação entre esses diversos grupos.

A distribuição de grupos sociais no espaço é influenciada por diversos fatores como transportes, processos históricos e econômicos, além da ação de vários atores sociais também inseridos nesse processo que consomem e produzem o espaço em suas mais diversas atividades cotidianas. Dentre esses atores sociais podemos citar: os moradores da cidade, os capitais interessados na produção da cidade e o Estado.

Dentre esses atores, merece destaque o papel do Estado por meio de duas ações: regulatórias e intervencionistas. Por meio de ações regulatórias no território da cidade, o Estado intervém por legislações urbanas que ora mantém privilégios de grupos mais ricos ora exclui alguns de parte significativa da cidade. Podemos citar como exemplo as leis de zoneamento que em algumas partes da cidade permite vários tipos de usos e padrões construtivos. Ainda no que tange a legislação, Ermínia Maricato aborda a tese de que a aplicação da lei é desigual, é contra os pobres e despossuídos e defende a propriedade privada e os processos de valorização que defendem a terra.

No que tange as intervenções, o Estado age por meio da elevação do preço da terra em certas partes da cidade como resultado de investimentos ou obras públicas. Nesse caso um dos efeitos é a expulsão de alguns grupos sociais e sua substituição por outros tornando determinados espaços da cidade cada vez mais homogeneizados. Outra forma de intervenção do Estado está relacionada a expulsão de grupos sociais de baixa renda de certas partes da cidade por meio dos processos de remoção de favelas, também para a construção de obras públicas e a construção de habitação de interesse social em áreas longínquas.

A organização social do território passa pela dinâmica populacional, tendo no aspecto habitacional um componente importante. A distribuição dos diversos grupos e classes sociais no território são resultado das diversas condições de acesso à terra dotado de equipamentos e serviços urbanos, assim como do acesso à moradia. Este acesso é em grande parte determinado pelo mercado imobiliário, mas há distintas formas de acesso a moradia que também são evidentes na metrópole, por meio do Estado como as habitações de interesse social.

As cidades antes de serem percebidas como o lugar fundamental para a reprodução da vida e do cotidiano daqueles que lá vivem, são concebidas como mercadorias e como tal precisam ser vendidas, pois a produção do espaço é fundamental para a reprodução capitalista. Através da parceria público-privado, o capital imobiliário investe em infraestrutura, saneamento, pavimentação, serviços, transportes, centros empresarias, médicos e culturais, gerando uma maior arrecadação de impostos por meio da valorização imobiliária e valorização da terra.

A cidade do Rio de Janeiro apresenta uma história de crescimento urbano de forma intensa e a distribuição da população no espaço urbano deu-se de forma diferenciada pelas regiões administrativas e seus bairros, como por exemplo na área de planejamento 4 a qual o bairro da Barra da Tijuca está inserido e a área de planejamento 5, a qual o bairro de Senador Camará está inserido. Interessante que ambos os bairros fazem parte da zona oeste da cidade, mas de forma também interessante a Barra da Tijuca é como que “separada” da zona oeste mesmo estando inserida nela; além de receber uma camada social de maior poder aquisitivo comparado ao bairro de Senador Camará.

Inaugurado em 2009 no governo Lula e continuado no governo Dilma, o programa do governo federal Minha Casa Minha vida, um programa que representou uma grande ruptura em relação às práticas anteriores no que tange o amplo financiamento público com subsídio para a compra da casa própria pelos setores de mais baixa renda historicamente excluídos dos financiamentos para aquisição da casa própria.

Essa política habitacional discutida por muitos autores e também por mim nesse trabalho, apresenta algumas características em comum com a política habitacional do BNH. Mesmo com uma distância temporal de 45 anos entre esses dois programas a distribuição das unidades habitacionais não é realizada de acordo com as necessidades reais, mas sim de acordo com os interesses dos formuladores e implementadores do capital imobiliário não apresentando grandes transformações em relação às tendências históricas.

Pesquisa realizada pela Rede Moradia Cidade[[13]](#footnote-13), em 2014, para o Ministério das Cidades, revela que a localização das moradias produzidas no âmbito do MCMV tem importantes impactos em relação ao acesso a serviços e equipamentos públicos para as famílias de menor renda, pois, por atender primordialmente aos interesses do setor privado, há a reprodução de um padrão de cidade segregada e sem urbanidade.

É bem verdade que o Estado pode produzir políticas públicas no intuito de combater a desigualdade socioespacial, transformando a cidade mais “misturada” e menos desigual. Habitar é apropriar-se de algo, é uma atividade referente a apropriação. Significa também fazer do espaço sua obra, se apropriar dele, o entendendo também como o lugar do conflito, pois ele é um produto social que interfere no cotidiano das pessoas. A forma como ele é construída precisa ser questionada com objetivos que não priorizem a dominação e a especulação.

O habitar transcende a moradia, pois significa viver a cidade em toda sua complexidade, significa ter acesso as políticas sociais tradicionais dedicadas a promoção do bem-estar, redução da pobreza e das desigualdades. Todas essas políticas como: educação, saúde, assistência, cultura, lazer dentre outras; a localização de seus equipamentos, a condição de acesso, além da importância e da qualidade desses serviços ofertados criam e transformam o espaço social como possibilidade do território a ser apropriado por essas pessoas.

 A permanecer o vetor de ocupação e utilização da terra e da moradia, nessa parte da zona oeste do Rio de Janeiro, através da expansão urbana da habitação de interesse social para as camadas mais pobres da população, por meio de programas de habitação de interesse social, como o Minha Casa Minha Vida faixa I; continuaremos a observar a criação de construções, mas não de cidade, de urbanidade, de múltiplas de diferentes centralidades da e na cidade. Permanecerá uma lógica de mercado, com nomes diferentes: revitalização, renovação urbana, reabilitação do espaço, requalificação de áreas, dentre outras como uma forma de vender a cidade para atrair investimentos de capitais.

**Referência Bibliográfica**

ALVAREZ, Isabel Pinto. A Segregação como Conteúdo da Produção do Espaço Urbano. **In: A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial.** 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2016.

AMORE, Caio Santo; RUFINO, Maria Beatriz Cruz; SHIMBO, Lúcia Zanin**. Minha Casa e a cidade?** **Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015

ARAGÃO, Thêmis Amorim; CARDOSO, Adauto Lucio. Do Fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da Política Habitacional no Brasil. In: **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil.** Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CARDOSO, Adauto Lúcio; et al. **Habitação de Interesse Social: Política ou Mercado? Reflexos sobre a Construção do Espaço Metropolitano**. Rio de Janeiro, Enanpur, maio de 2011. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/683/669>. Acesso em 24 de março de 2020.

CARDOSO, Adauto Lucio. Contextualização e Caracterização. **In:** **Política Habitacional e integração Urbana de Assentamentos Precários: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos** – Ministério das Cidades,2008.

CARDOSO, Adauto Lucio. Política Habitacional no Brasil: balanço e perspectivas. **In Revista Proposta.** Nº. 95. Fase: Dez/fev. de 2003.

CARDOSO, Adauto Lucio; JAENISCH, Samuel Thomas. **Mercado imobiliário e política habitacional nos governos de Lula e Dilma: entre o mercado financeiro e a produção habitacional subsidiada.** In. XVII ENANPUR. Sessão temática 5: Habitação e a Produção do Espaço Urbano e Regional**.** Disponível em:<http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%205/ST%205.1/ST%205.1-03.pdf>.Acesso em 14 de nov. de 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. **In: A Produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios.** Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (org.). 1.ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto,2018.

CORRÊA, Magalhães. **O Sertão Carioca**. Ed. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1936.

KOGA, Dirce. A incorporação da topografia social no processo de gestão de políticas públicas locais**. In: Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 635 a 654, jan. 2005. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6782>>. Acesso em: 06 de abr. de 2020.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOGA, Dirce. São Paulo: entre tipologias territoriais e trajetórias sociais. In: SPOSATI, Aldaíza e KOGA, Dirce (org.). **São Paulo. Sentidos territoriais e políticas sociais**. São Paulo, Editora SENAC, 2013.

KOGA, Dirce; RAMOS, Frederico. **Trajetórias de Vida: Desafios da pesquisa socio urbanística e contribuição para a gestão pública.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a08.pdf>. Acesso em 01 de março de 2020.

KOGA, Dirce; SPOSATI, Aldaíza**. São Paulo: Sentidos Territoriais e Políticas Sociais.** São Paulo: Ed. Senac. São Paulo, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La Production de L’espace. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos,2000). Primeira Versão: Início – fev. 2006.

MANSUR, André Luis. **O Velho Oeste Carioca: História da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (De Deodoro a Sepetiba) do século XXI aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Íbis Libris, 2008.

MAIA, Rosemere Santos. **A Produção do Espaço em Áreas de Auto Segregação: O Caso da Barra da Tijuca**. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ Volume 21 / 1998. Disponível em: <http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_39_75.pdf>. Acesso em 11 de nov. de 2019.

MARICATO, Ermínia. O “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. In**: Carta Maior** 27/05/2009. Disponível em : <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160> . Acesso em 28. de mar. de 2018.

MARICATO, Ermínia. Contribuição para um plano de ação brasileiro. In. BONDUKI, Nabil. **Habitat:** **As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo, Studio Nobel, 1997. P. 39.

OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro de. As dimensões corporativas do Programa Minha Casa Minha Vida: o dilema do limite entre política social e política econômica. **In: Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise.** Adauto Lucio Cardoso, Thêmis Amorim Aragão, Samuel Thomas Jaenisch (Org.). 1ª. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017. P. 331-352

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de**.**  Zona oeste da cidade do Rio de Janeiro: entre o rural e o urbano. **In: Revista Iluminuras**. Porto Alegre, v. 18, n. 45, p. 325-349, ago./dez, 2017. Disponível em: [https://docs.google.com/document/d/19tL3GW1-BKmmcfg7Yuivay4tVtvZVaW5R2EBXKif6Vs/edit](https://docs.google.com/document/d/19tL3GW1-BKmmcfg7YUivay4tVtvZVaW5R2EBXKif6Vs/edit). Acesso em 17 de setembro de 2019.

PEIXOTO, Fabio Costa. **Ordenamento territorial e a zona oeste do município do Rio de Janeiro: um breve olhar sobre a construção do território carioca durante a primeira metade do século XX.** Disponível em: <https://docplayer.com.br/17248896-Mestrando-em-planejamento-urbano-e-regional-ippur-ufrj-fabiocope-gmail-com-fabio-costa-peixoto.html> . Acesso em 15 de setembro de 2019.

**RELATÓRIO BRASILEIRO PARA O HABITAT III**. In: Capítulo 6- Habitação, Saneamento e Serviços Básicos: Questões e Desafios para uma nova agenda urbana. Relator: instituto de pesquisa econômica aplicada. Brasília: comcidades, Ipea, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160408_relatorio_habitat_iii.pdf>. Acesso em 28 de jan. de 2020

ROLNIK, R. et al. **Como produzir moradia bem localizada com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida?** **Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade**! Ministério das Cidades, IPPUR-UFRJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/media/areas/urbanistico/arquivos/manuais_orientacao/pmcmv.pdf>. Acesso em 13 de fev. 2020.

ROLNIK, Raquel. **Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV.** Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/download/PDF/2014_Pesquisa_MCMV_Ferramenta_de_Avaliacao.pdf> . Acesso em 23 de setembro de 2019.

SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **In: Cadernos IPPUR.**  Rio de Janeiro, ano XIII. Nº 2, 1999, p.15-26.

# SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS. **Portal Diagnóstico Socioterritorial Participativo.**

# **\_\_\_ Dados Estatísticos da Zona Oeste**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://siurb.rio/portal/apps/sites/#/diagnostico-smasdh/pages/diagnostico>. Acesso 5 de mar. 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação Socioespacial e Centralidade Urbana. **In: A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial.** 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2016.

TORRES, Haroldo. Políticas Sociais e território: uma abordagem metropolitana. **In: São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdades sociais.** Eduardo Marques, Haroldo Torres (org.). São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2005.

1. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS) pela Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro. Pós Graduação em Serviço Social pela Universidade Veiga de Almeida e pela Unigranrio. Graduada em Serviço Social pela Unigranrio. [↑](#footnote-ref-1)
2. Sertão era a terra que ficava ao longe e começava no limite suburbano das cidades e vilas, nos lugares por onde passavam afastados lagos, rios, florestas espessas, vales cercados por montanhas. Era o desconhecido. [↑](#footnote-ref-2)
3. Relatório sobre evolução da ocupação e uso do solo urbano. Disponível em: [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4236391/4142523/relatorioevolucaoocupacaoeusodosolo20092013\_montagemcompletafinal.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4236391/4142523/RELATORIOEVOLUCAOOCUPACAOEUSODOSOLO20092013_MONTAGEMCOMPLETAFINAL.pdf). acesso em 10 de fev. de 2020. [↑](#footnote-ref-3)
4. Segundo informação da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, os bairros que englobam essa área programática são: Anil, Barra da Tijuca, Camorim, Cidade de Deus, Curicica, Freguesia, Gardênia Azul, Grumari, Itanhangá, Jacarepaguá, Joá, Pechincha, Praça Seca, Recreio dos Bandeirantes, Tanque, Taquara, Vargem Grande, Vargem Pequena e Vila Valqueire. [↑](#footnote-ref-4)
5. Blog Café com laranja, o qual relata o processo histórico de construção do bairro de Senador Camará. Disponível em: <https://cafecomlaranja.wixsite.com/cafecomlaranja/do-fim-do-imperio-a-republica-atual>. Acesso em 05 de nov. de 2019. [↑](#footnote-ref-5)
6. Diagnóstico territorial da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. Disponível em: <https://siurb.rio/portal/apps/sites/#/diagnostico-smasdh/pages/casdh10>. Acesso em 07 de março de 2020. [↑](#footnote-ref-6)
7. Emenda Aditiva de vereador municipal. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/emendas_anteriores/195-234_emendas_jfelippe.pdf>. Acesso em 15 de fev. de 2020. [↑](#footnote-ref-7)
8. Lei complementar. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/Projeto%20de%20Lei%20Complementar%2025-2001%20-%20projeto%20original.pdf>. Acesso em 15 de fev. de 2020. [↑](#footnote-ref-8)
9. Cartilha online citada acima. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0535/Anos_Anteriores/Cartilha_-_Minha_Casa_Minha_Vida.pdf>. Acesso em 14 de fev. de 2020. [↑](#footnote-ref-9)
10. Relatório sobre evolução e ocupação do uso do solo. Disponível em: [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4236391/4142523/relatorioevolucaoocupacaoeusodosolo20092013\_montagemcompletafinal.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4236391/4142523/RELATORIOEVOLUCAOOCUPACAOEUSODOSOLO20092013_MONTAGEMCOMPLETAFINAL.pdf). acesso em 10 de fev. de 2020. [↑](#footnote-ref-10)
11. Podemos citar como exemplo desse descompasso entre os direitos sociais garantidos constitucionalmente e sua aplicabilidade no cotidiano dos cidadãos, ou melhor o descompasso entre dois bairros localizados na mesma região da cidade, conhecida como zona oeste como Barra da Tijuca e Senador Camará; como um contraste revelador a partir de dados apresentados na tabela 17 . [↑](#footnote-ref-11)
12. Como nos apresenta Nabil Bonduki em Origens da Habitação Social no Brasil. [↑](#footnote-ref-12)
13. A Rede Moradia Cidade é composta de pesquisadores de 11 instituições responsáveis pela avaliação dos empreendimentos do PMCMV. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/rede-cidade-e-moradia-avaliacao-mcmv/>. Acesso em 11 de março de 2020. [↑](#footnote-ref-13)